

PODER

Esforço concentrado, de longe

Decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira, de dispensar a presença dos deputados, nesta semana, pode fazer com que ações contra o Supremo Tribunal Federal e sobre o futuro de Chiquinho Brazão sejam definidas em votações remotas

» EVANDRO ÉBOLI

A semana de “esforço concentrado” da Câmara, entre hoje e quinta-feira, vai funcionar no sistema remoto, ou seja, sem a presença da maioria dos deputados na Casa, que estão em campanha nas suas bases eleitorais.

Um ato do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ontem, liberou os parlamentares até mesmo do registro biométrico para confirmação de presença nas sessões e reuniões deliberativas. Isso significa que eles podem votar matérias importantes longe de Brasília.

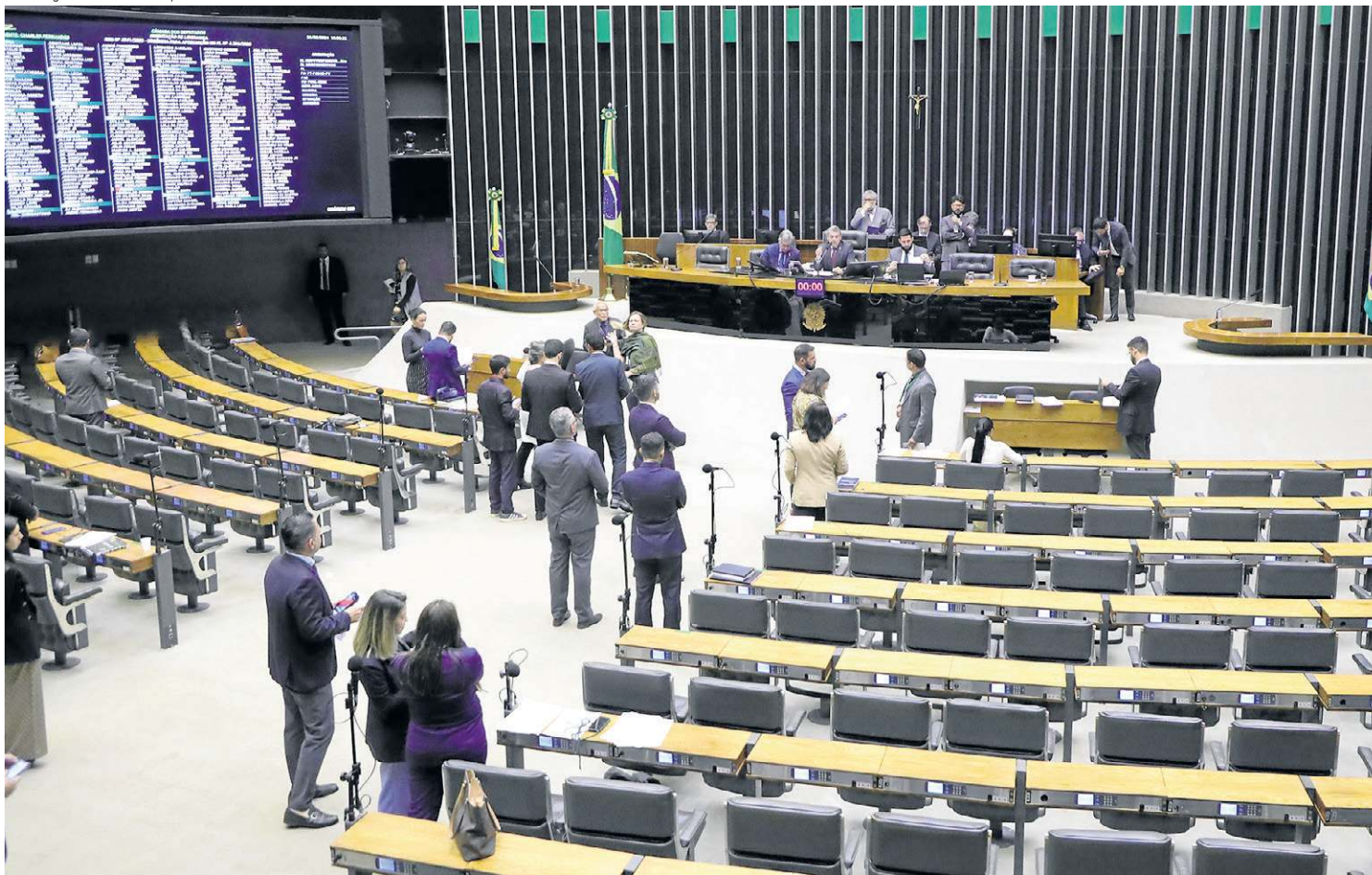
A dispensa da presença de deputados nestes dias pode levar dois colegiados importantes da Casa a decidir, em votações remotas e com plenário fisicamente vazios, matérias importantes e vitais para funcionamento de instituições, como o Supremo Tribunal Federal (STF), e o destino de parlamentares, caso de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ).

Para hoje, estão previstas, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a apreciação de duas propostas de emendas constitucionais que ameaçam os poderes do STF. Uma delas, de inspiração bolsonarista, autoriza o Congresso a derrubar qualquer decisão da Corte que deputados e senadores entendam ferir prerrogativas da Câmara e do Senado.

Dos 185 signatários da emenda — são necessárias 171 adesões para se protocolar uma PEC —, pelo menos 160 são aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. O relator escolhido pela presidente da CCJ, a bolsonarista Carol de Toni (PL-SC), foi seu colega de partido e de afinidade ideológica Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), que até já emitiu parecer favorável à emenda.

“O aprimoramento do sistema de freios e contrapesos (checks and balances) aqui proposto é plenamente constitucional, uma vez que preserva inalteradas as funções típicas dos Poderes, bem como a autonomia e o livre exercício de cada um”, registrou o

Mário Agra/Câmara dos Deputados



No segundo esforço concentrado da Câmara, as votações no plenário poderão ser feitas pelos parlamentares de forma remota, por um aplicativo

Vazamento

O deputado é alvo de investigação do STF no inquérito que apura a divulgação de dados sigilosos da Polícia Federal, com o propósito de criar falsa narrativa contra as eleições.

relator no seu parecer.

A outra PEC na pauta de hoje, e que confronta o STF, é a que limita poderes dos ministros e restringe e veda decisões monocráticas dos integrantes da Corte. Pelo texto, já aprovado no Senado, está proibida determinação de um único ministro que suspenda eficácia de lei aprovada

Saiba mais

Além de votações, está no radar um eventual anúncio do presidente da Câmara, Arthur Lira, sobre o candidato que apoiará para sua sucessão no comando da Casa. O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), é considerado o favorito,

mas também disputam o líder do PSD, Antonio Brito (BA), e o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP). Alguns deputados consideram que Lira só terá condições de bancar um candidato após a resolução do impasse das

emendas, já que o modelo de negociação das emendas de comissão, controladas pelo Centrão, foi colocado em xeque pelo STF — e as articulações políticas internas da Câmara passam pela distribuição desses recursos.

pelo Congresso, de atos dos presidentes da República, do Senado e da Câmara.

Para relatar a proposta, a presidente da CCJ também escolheu um aliado, o deputado Filipe Barros (PL-PR), líder da oposição na Câmara e alvo de inquérito no STF. Em suas redes, o parlamentar afirmou que a matéria será tratada

“com a seriedade e sobriedade que o tema exige”.

Essas duas emendas constitucionais só estão na pauta porque foram destravadas, há duas semanas, por Lira, no calor do embate com o STF logo após o ministro Flávio Dino suspender o pagamento de emendas parlamentares até que o Congresso assegure

transparência e rastreabilidade desses recursos públicos.

O presidente do Conselho de Ética da Câmara, Leur Lomanto Júnior (União-BA), marcou para amanhã o julgamento do caso de Chiquinho Brazão, apontado como um dos mandantes da morte da vereadora Marielle Franco (PSol) e do motorista

Anderson Gomes. O parlamentar também é réu no STF.

Estão previstos a leitura do parecer e o voto da relatora Jack Rocha (PT-ES), que tende a pedir a cassação do mandato do deputado fluminense. A decisão da relatora está muito bem guardada, num envelope lacrado e dentro de um cofre na sala do Conselho de Ética. Somente no momento da sessão é que será distribuído aos conselheiros.

Assim como a sessão da CCJ, os integrantes do conselho poderão decidir o futuro de Brazão a distância, bem longe de Brasília. Caso ocorra pedido de vista, procedimento que adia o andamento do caso, o julgamento só será retomado em setembro, em outro “esforço concentrado” da Câmara.

Depois desse período, o colegiado e todo o Congresso se reunirão somente após as eleições de outubro. E, se houver algum desfecho do caso de Brazão no conselho até lá, a defesa pode recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Como o veredito terá que passar ainda pelo plenário, dificilmente o processo do deputado se encerra antes das disputas municipais.

Urgência

No plenário, ontem, a Câmara aprovou regime de urgência para dois projetos: o que aumenta a pena de feminicídio e o que cria o Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais.

O texto de combate ao feminicídio já foi aprovado no Senado e prevê que a pena, hoje de 12 a 30 anos de reclusão, passe para 20 a 40 anos. O projeto inclui outras situações consideradas agravantes da pena. O Cadastro de Pedófilos inclui também os chamados “predadores sexuais”, e a proposta permite a consulta ao nome e ao CPF de condenado por esses tipos de crime.

O regime de urgência dispensa formalidades regimentais, acelerando a tramitação dos projetos de lei.

Lula quer aliados defendendo economia

» VINICIUS DORIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o início do esforço concentrado na Câmara para reunir, no Palácio do Planalto, todas as lideranças da base do governo na Casa. Ele quer incluir, na pauta de votações desta semana, dois itens considerados prioritários: a regulamentação da reforma tributária e a aprovação do Programa Acredita, de renegociação de dívidas de pequenos empreendedores. E fez um apelo, no contexto das eleições municipais: quer que seus aliados mostrem, nos palanques eleitorais, os bons indicadores da economia.

“A orientação para a base é de não entrar em qualquer projeto, qualquer pauta que gere disputa entre os Poderes, intolerância

— e até beligerância — no plenário. É para que a Câmara e o Senado foquem, neste momento, nas medidas que garantam essa recuperação econômica do país”, disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ao fim da reunião.

Foi um recado para que os parlamentares de todos os partidos da base, envolvidos com as campanhas municipais em seus respectivos estados, deem divulgação aos bons números da economia, como a queda do desemprego, os índices de crescimento, a queda da inflação e o aumento expressivo da oferta de crédito. Referindo-se a prefeitos e governadores, Padilha expôs a visão do Planalto de que “muitas vezes, o estado, o município, tenta esconder os investimentos (federais)”.

Essa é uma queixa frequente do presidente Lula aos aliados.

Lula também aproveitou o encontro para declarar, de forma definitiva, que não vai se intrometer na disputa pela presidência da Câmara. A eleição é só no ano que vem, mas, pelo menos, três candidatos de partidos da base aliada se apresentaram para suceder o atual presidente, Arthur Lira (PP-AL).

“Que o processo de eleição na Câmara, em que estamos todos envolvidos, termine bem. Quem ganhar a eleição será o primeiro a se reunir com ele (Lula) para discutir a parceria institucional entre os Poderes Executivo e Legislativo”, disse o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). “(Lula) não vai opinar sobre um ou outro candidato.”



A orientação para a base é de não entrar em qualquer projeto, qualquer pauta que gere disputa entre os Poderes, intolerância — e até beligerância — no plenário”

Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais

Ricardo Stuckert / PR



O presidente Lula reuniu lideranças da base do governo na Câmara

DENGUE. A HORA DE PREVENIR É AGORA.

AGORA. NÃO ESPERE AS CHUVAS PARA AGIR.



Coloque areia nos vasos de plantas.



Esvazie garrafas e guarde-as de cabeça para baixo.



Retire o entulho do quintal.



Descarte o lixo em local apropriado.



Ligue 199 e denuncie.

